

Dornelles negociará dívida

Novo presidente não pretende partilhar responsabilidades ^{est}

A dívida externa brasileira será administrada, negociada e renegociada por um só ministro: Francisco Dornelles, da Fazenda. A duplicidade de comando não acontecerá por três singulares motivos, cada um sequer necessitando do reforço do outro. O presidente Tancredo Neves não pretende dividir responsabilidades, e, assim, ficar com problemas de identificar a quem cobrar resultados. O ministro Dornelles não tem o temperamento de abrir espaços em suas competências e atribuições. E, finalmente, mais de um núcleo gestor e negociador não ajudaria o Brasil em suas relações com o FMI e com os bancos.

A aceitação desses princípios já foi feita e absorvida pelo futuro ministro do Planejamento, João Sayad. Não haverá dificuldades em que esse entendimento ocorra também para o futuro ministro das Relações Exteriores, Olavo Setubal. Banqueiros credores e Fundo Monetário necessitam de um núcleo forte de poder na economia com quem pode definir compromissos. Claro que na composição do cenário todos os personagens da equipe de governo ajudam. Não só os ministros — seja da Fazenda, do Planejamento e/ou do Exterior. Mas também (e nisso há um toque particular de Dornelles) força e presença do presidente do Banco Central.

Então, qual o possível papel do ministro Setubal na negociação e renegociação da dívida externa do Brasil? Ao ser falado seu nome como banqueiro foi imediatamente ajuntado um outro paradigma: há algum tempo se fala em colocar na primeira linha de conversações sobre a dívida o pessoal do Itamarati. Mas esse é um exercício de hipótese limitado por uma concreta opção. O presidente Tancredo já decidiu que o tratamento da dívida é "técnico". Só será "político" numa emergência. O que configuraria uma crise a envolver a figura mesmo do presidente.

Claro que o ministro Setubal será ouvido. Desde sempre o Itamarati tem funcionado como auxiliar e na retaguarda das relações econômicas do Brasil com o resto do mundo. Como suporte e como apoio. Mas até agora sem dar palpites. O aconselhamento — quando não solicitado — não consegue ser muito simpático ao pessoal da área econômica, muito cioso de sua territorialidade. Com Dornelles não será diferente.

Como profissional competente que é no mundo das finanças e com o conhecimento que tem

na comunidade de bancos, Setubal parece já ter suas próprias indicações que seu espaço é interno nessa transição política. Dificilmente, assim, a equação atual modificará seus termos e seus parâmetros. Profissionalizar a negociação da dívida não quer dizer precisamente substituir o "técnico" pelo representante do mundo financeiro. Significaria substituir na linha de frente (na primeira linha) o técnico em economia pelo profissional da negociação internacional. Mas entregar a direção da renegociação a um banqueiro subverteria a proposta de — quando se pensou no Itamarati — fazer sua profissionalização.

Além do mais o Governo parece estar alerta para o fato de que uma negociação conduzida por Setubal criaria seus próprios constrangimentos. Como presidente de um dos mais importantes conglomerados financeiros do país, Setubal tem, no total dos mais de 100 bilhões de



Dornelles

dólares da dívida brasileira, alguns contratos de empréstimos dos bancos estrangeiros com seu banco. Ao captar recursos no estrangeiro, o Itau agiu como intermediário — recebeu, portanto, comissões. Como fazem, aliás, todos os outros bancos. No Brasil e no resto do

mundo. Essa situação particular poderia gerar nos credores certas cismas a respeito das condições específicas de cada contrato de renegociação.

Quanto as partes complementares em que o Itamarati atua, tais como acordos multilaterais (exemplo: têxteis) ou bilaterais (aço com os EUA), os reparos e revisões de métodos e de objetivos tem sempre uma circunstância atenuante. No mundo dos negócios — no comércio de bens como de serviços, de produtos como de crédito — não há o particular. O negócio é o todo. Portanto é o conjunto político e econômico que define áreas, limites e condições. O Brasil tem sabido disso especialmente quando negocia com os grandes — os Estados Unidos e os europeus da Comunidade Econômica. O que não impede que em todo o processo Setubal deixe sua marca. Afinal sem lhe faltar senso de oportunidade, lhe sobra competência.